

O barômetro e o lenço de seda: efeitos de real em Roland Barthes e Michel de Certeau

LUIZ ARNAUT¹
RENATA MOREIRA²

“A história parece contar-se sozinha”
Roland Barthes

Efeito de real como simulação da presença – é isto que Roland Barthes analisa a partir de um conto realista de Flaubert e da menção a uma história de Michelet. No texto, que foi escrito por Barthes um ano após “O discurso da história”, o autor avalia como determinados elementos textuais que não fazem progredir o enredo, ou seja, que não tem função direta na narrativa, não se inserem sem motivo no texto.

Como relembra o mesmo Barthes, ao citar Flaubert – “um velho piano suportava, sob um barômetro, um monte piramidal de caixas” (*apud* BARTHES, 2004, p.181) –, alguns elementos, ainda que não diretamente relacionados à progressão da narrativa, agem para a caracterização do ambiente ou dos personagens que desenvolvem o mesmo enredo. É o caso, por exemplo, do piano: indica, sem explicitar, uma classe social abastada. Já as caixas, por seu turno, poderiam sugerir certo desarranjo. Mas e o barômetro? Nada acontece a partir dele, nem aponta para nenhuma possível caracterização. Estaria no texto por uma desatenção de seu autor?

É em torno desse elemento pretensamente insignificante que o semiólogo tecerá suas considerações. Ele assinala que o elemento encontra-se no texto como índice de uma realidade exterior. Nesse sentido, Flaubert o teria inscrito objetivando fazer com que seu leitor percebesse, quase sem notar, o desenho de uma realidade. Tal figuração mascararia o labor literário e, assim, no limite, seu receptor mal se daria conta de que estaria lendo um texto, tanto teria penetrado na armadilha textual – ainda que diversas críticas possam e efetivamente devam ser feitas a esta ideia.

Como se pode assinalar, a preocupação de Barthes é chamar a atenção para o aparente não notável, demonstrando que nesta (in)aparência é que se encontra a grande relevância/utilidade do detalhe. O leitor é jogado assim em uma situação na qual a

¹ Professor do Departamento de História da Fafich – UFMG. Doutorando em História e Culturas Políticas na mesma instituição. Coordenador do Grupo de Estudo e Trabalho em História e Linguagem (FAFICH/FMG).

² Doutora em Estudos Literários (UFMG). Pesquisadora do Grupo de Estudo e Trabalho em História em Linguagem (FAFICH/UFMG).

descrição e/ou ambientação teria seu caráter de artificialidade reduzido, provocando um efeito de real.

A ideia atua como uma crítica velada ao modo de fazer realista, modo este que, em seu aspecto mais tradicional, promove certa obnubilação do processo de composição. O pós-estruturalista parece efetuar, pela condenação desta dinâmica, uma espécie de elogio às avessas dos modos de escrita que não entendem a mimese como reprodução de realidades. Entendemos, todavia, que o efeito de real barthesiano pode ser encontrado em outras escritas que não as completamente realistas. Peter Gay, por sua vez, insinua que o realismo jamais saiu de cena (2010, p.26).

Esta consideração do teórico alemão faz-nos supor que, para discutir a acepção de Barthes, é necessária uma extensão do conceito de Realismo. *A priori*, realistas seriam todas as narrativas formuladas na escola do Realismo, estilo de época próprio do fim do século XIX. Entretanto, o fazer realista ultrapassa a escola, sendo considerados realistas aqueles textos em que o processo mimético tende a se aproximar muito frontalmente de uma reprodução do real vivido. Sua hipertrofia seria, em alguns casos, chamada de naturalismo. Dessa forma, haveria um processo de escrita realista mesmo em escolas opostas ao Realismo, como o Romantismo. Suas descrições detalhadas, plenas de detalhes insignificantes para a progressão das cenas, parecem indicar o acerto de tal afirmação.

Alguns escritores, como Paulo Leminski, insurgem-se em relação a tal classificação, chamando de realismo todo discurso pleno de referencialidade, independente de sua construção mimética (1997, p.47). Para o autor, o que caracterizaria aquilo que costumeiramente é chamado de realismo seria o camuflar da perspectiva:

Invoca-se em vão o nome do realismo, que se procura confundir com o naturalismo.

Realismo, quer dizer, discurso carregado de referencialidade, não é sinônimo de naturalismo.

Ao contrário.

O discurso realista não camufla a perspectiva.

Realistas (e não naturalistas) são textos como o “Ulysses” de James Joyce.

Ou as “Memórias Sentimentais de João Miramar”, de Oswald de Andrade (...). O naturalismo é incompatível com o experimento. Com a linguagem inovadora.

O realismo favorece-os (LEMINSKI, 1997, p.71).

Nessa via de raciocínio, poderiam ser chamados de realistas mesmo obras que nunca assim foram alcunhadas, como *Galáxias*, de Haroldo de Campos, ou *Grande*

Sertão: Veredas, de João Guimarães Rosa – ambas com fortíssimo trabalho de linguagem que não mascara o processo de composição textual, ou seja, que não permite ao leitor esquecer-se de que está em pleno processo de leitura.

Um adendo que pode ser feito a esta noção é que a ideia de mimese que a orienta é variável. Assim, mesmo escritores como Virginia Woolf, sob certo sentido, poderiam ser considerados realistas – seu realismo estaria em tentar captar os aspectos mais profundos da personalidade dos personagens, ainda que municiados por forte invenção linguística. Ricardo Piglia provoca: para o leitor “a tensão entre objeto real e objeto imaginado não existe, tudo é real” (2006, p. 13). Notadamente, parece sugerir o argentino que o pacto de leitura estabelecido pelo leitor com o texto é poderoso o suficiente para fazê-lo, por alguns instantes, esquecer-se de que visualiza matéria lida e não vivida. É, todavia, ainda Roland Barthes quem alerta:

Desde os tempos antigos até as tentativas de vanguarda, a literatura se afaina na representação de alguma coisa. O quê? Direi brutalmente: o real. O real não é representável, e é porque os homens querem constantemente representá-lo por palavras que há uma história da literatura. Que o real não seja representável – mas somente demonstrável – pode ser dito de vários modos: quer o definamos, como Lacan, como o *impossível*, o que não pode ser atingido e escapa ao discurso, quer se verifique em termos topológicos, que não se pode fazer coincidir uma ordem pluridimensional (o real) e uma ordem unidimensional (a linguagem). Ora, é precisamente a essa impossibilidade topológica que a literatura não quer, nunca quer render-se. Que não haja paralelismo entre o real e a linguagem, com isso os homens não se conformam, e é essa recusa, talvez tão velha quanto a própria linguagem, que produz, numa faina incessante, a literatura (BARTHES, 2004b, p. 22-23).

Podemos, sem dúvida, asseverar, ao contrário do que afirma Barthes, que o real, em certo sentido, é *apenas* representável. Em outras palavras, é esse o único meio de acesso a ele. Mais amplamente: o próprio real se forma por meio de nossas representações. Neste ponto, podemos começar a voltar nossas considerações para o outro eixo de nossa argumentação.

Ainda que tal discussão pareça querer remeter à esfera já discutida por Foucault em *As palavras e as coisas*, pensamos que, em Barthes, há mais proximamente a condenação do fazer mimético tradicional, mascarado de análise descritiva. A crítica do semiólogo francês, todavia, supera os modelos realistas da literatura e alcança o discurso histórico. São suas as palavras:

A história (o discurso histórico: *historia rerum gestarum*) é, na verdade, o modelo dessas narrativas que admitem preencher os interstícios de suas funções com notações estruturalmente supérfluas, e é lógico que o realismo

literário tenha sido, com algumas décadas de diferença, contemporâneo do reinado da “história objetiva” (BARTHES, 2004, p.188).

Já Michel de Certeau, leitor de Barthes, não está preocupado exatamente com os elementos pretensamente insignificantes que parecem dissimular uma construção discursiva. Seu *front* volta-se, nesse momento, para o modo como o texto age para a modificação de sua exterioridade: “o jogo escriturístico, produção de um sistema, espaço de formalização, tem como ‘sentido’ remeter à realidade que se distinguiu *em vista de mudá-la*” (1998, p.226).

O que nos parece claro é que, ao se apropriar da denominação proposta por Barthes e dela fazer uso para pensar não só a própria escrita da história, mas o efeito do texto, Certeau dá ao conceito uma roupagem nova e, por que não dizer, uma direção completamente diversa que, aparentemente, pouco dialoga com a proposição de seu antecessor. Na apropriação que faz do conceito, o foco da questão nos parece sofrer um deslocamento. Inicialmente, o efeito dizia respeito a um artifício que produziria no texto a ilusão do real, o universo de referência e no qual o efeito produzido é textual. Acrescente-se a isto que Barthes está preocupado em pensar a estrutura do escrito, ou melhor, a presença do detalhe “insignificante” e a relação do texto com leitor, de um lado, e desta interação com o real. Daí a nomeação “efeito de real”.

Como apontado acima, Certeau subverte o conceito. Seu foco não é o texto, nem a presença deste ou aquele elemento ou detalhe. Seu universo de referência não é o apenas escrito, mas o real, o mundo no qual texto, leitor e escritor se encontram. Assim, sua atenção se volta para os efeitos que a construção textual provoca no mundo. O texto é pensado como o estabelecimento/construção de nexos, hierarquias, relações, ênfases, destaques etc. das coisas do mundo. É a criação, fabricação de um mundo na folha em branco, *texto, jogo*. Pergunta-se o autor: “Mas, então, o que é escrever? Designo por escritura a atividade concreta que consiste, sobre um espaço próprio, a página, em construir um texto que tem poder sobre a exterioridade da qual foi previamente isolado” (CERTEAU, 1998, p.225). E alarga ainda a noção: “A ilha da página é um local de passagem onde se opera uma inversão industrial: o que entra nela é um ‘recebido’, e o que sai dela é um ‘produto’” (CERTEAU, 1998, p.226). Tem-se, assim, uma ideia contrária ao costumeiramente esperado: não apenas o mundo produz a página, mas a página produz o mundo.

Neste sentido, o efeito de real aqui assume significação diversa da anterior. Trata-se do efeito no real, efeito de realidade, de alterar a forma como este mundo (real) é pensado e/ou percebido pelo leitor. No limite, poderíamos dizer que influencia a percepção do mundo a partir de relações e ligações hipotéticas, construídas no/a partir do texto. Indo além, podemos até insinuar que a usinagem do texto, de alguma maneira, funciona como uma espécie de protocolo de leitura do mundo. De outra forma, a descrição do mundo produz alterações na forma como este mundo é percebido pelos agentes.

Tal entendimento pode ser relacionado à terminologia usada por Luiz Costa Lima, em que diferencia a “história crua” da “escrita da história”. Em certa medida, a história crua ou *res facta* – os acontecimentos no tempo, livres ainda de qualquer leitura que não as dos próprios contemporâneos – só ganha sentido para nós ao virar *res ficta*, texto, narrativa e, assim, moldar nossa percepção.

Para Certeau, o efeito de real é uma necessária condição do pós-ler e não uma maquinaria textual. Em outras palavras, o texto remodelaria nossa visão de mundo, sendo o suposto real produto de nosso horizonte de expectativa – para novamente introduzir uma expressão cujo uso é dúplice. Próxima à bourdieuniana ideia de efeito de teoria, o efeito de real de Certeau, sorrateiramente, contralê Barthes e o despe de sua significação inicial. A esse respeito, convém lembrar as exatas palavras do sociólogo francês:

a ciência social deve englobar na teoria do mundo social uma teoria do efeito de teoria que, ao contribuir para impor uma maneira mais ou menos autorizada de ver o mundo social, contribui para fazer a realidade desse mundo: a palavra, ou *a fortiori*, o ditado, o provérbio e todas as formas estereotipadas ou rituais de expressão são programas de percepção (BOURDIEU, 2008, p.82).

Ainda que esteja voltado para o mundo das ciências sociais, o excerto de Bourdieu é passível de ser alargado para pensar outras realidades. Ademais, fixa-se na palavra, na expressão linguística, ao cabo, no discurso que, ao modificar a percepção que temos do mundo, age concomitantemente para alterar a percepção que temos desse mundo, atuando, no limite, para alterar efetivamente esse mundo. Ou, em outros termos:

não se passa da classe-no-papel à classe “real” a não ser por um trabalho político de mobilização: a classe “real”, se é que alguma vez existiu “realmente”, é apenas a classe realizada, isto é, mobilizada, resultado da *luta de classificações* como luta propriamente simbólica (e política) para impor uma visão do mundo social ou, melhor, uma maneira de construí-la, na

percepção e na realidade, e de construir as classes segundo as quais ele pode ser recortado (BOURDIEU, 1996, p.26).

Bourdieu, aqui, está preocupado em pensar a questão da classe social, mas a relação estabelecida entre teoria e mundo, ou seja, o efeito de teoria, nos parece apropriada para pensar o problema levantado nesta comunicação.

Apresentações feitas, podemos dizer que, neste texto, entretanto, não nos interessa a separação dos conceitos, mas sua possível junção e diálogo. O que nos propomos a testar aqui não deixa de ser uma provocação e mesmo uma subversão. Os autores e ideias estão sendo tratados para além do que nos parecem ser os usos e aplicações originais. Temos dúvidas se esta apropriação seria autorizada, mas é sempre instigante provocar.

As duas conceituações trabalhadas informam e são informadas por algumas separações que gostaríamos de por em questão. A primeira é aquela que trata o mundo “real” e o texto como realidades distintas e estanques. Nesta via de raciocínio, o mundo e os textos aparecem como separados. Parte da discussão da mimese pode ser com isto relacionada³.

A segunda é que tratariam de coisas dessemelhantes. Enquanto Barthes pensa a literatura e mesmo a história como narrativa, Certeau o faz visando o mundo social. Nossa pretensão aqui é juntar estas duas teorizações. Como? Detalhemos.

Primeiro, desejamos pensar o texto historiográfico, neste ponto específico, com propriedades próximas ao texto literário posto que é também texto. Não sugerimos que são textos idênticos, que não há especificidades próprias da narrativa literária e histórica. O que queremos é pensar a construção da narrativa histórica desconsiderando parcialmente esta especificidade, de modo a entender se, e em que medida, o que Barthes fala do “detalhe insignificante” poderia ser aplicado ao texto histórico – e o semiólogo francês já abre, em seu estudo, essa via de compreensão.

É interessante uma breve definição de narração. Sumariamente, pode-se dizer que é tipo de atividade verbal em que se conta algo, contendo, normalmente: fato, personagem, ambiente e momento da ação. A força caracterizadora da narração,

³ A esse respeito, é cara para nós a discussão levantada por Antoine Compagnon, em *O demônio da Teoria* (2001), especificamente o capítulo “O mundo”, em que o autor faz um levantamento relativamente longo a respeito da contenda em torno da mimese – ainda que a finalize de modo um tanto circular.

todavia, está na temporalidade/sucessividade. É narrativo aquele texto em que o tempo passa a olhos vistos, com começo, meio e fim (ainda que essa ordem possa ser desmontada). Alguns estudiosos de narratologia, entretanto, creem encontrar, em todo exemplar de linguagem, índices de narração. Interessa-nos, todavia, os detalhes que não agem para a progressão desse contar, mas o caracterizam como ponte para o real. A título de exemplo, tomemos o primeiro capítulo de Thompson em *A Formação da Classe operária Inglesa*. A certa altura, conta-nos o historiador:

Dois anos depois, a 12 de maio de 1794, o mensageiro real, dois oficiais de justiça, o secretário particular do ministro do interior, Dundas, e outros dignatários chegaram ao número nove da Picadilly, para prender Thomas Hardy, sapateiro, sob acusação de alta traição. Os Hardy ficaram a olhar, enquanto os agentes públicos revistavam a sala, arrombavam um escritório, remexiam nas roupas da Sra. Hardy (ela estava grávida e permaneceu no leito) e enchiam quatro grandes *lenços de seda* com cartas e um saco com panfletos, livros e manuscritos (THOMPSON, 1987, p.16. Grifo nosso).

Além das marcações temporais e da enumeração dos agentes, detalhes por vezes necessários ou mesmo justificáveis em relação a certa fidelidade para com as fontes, salta-nos a vista especialmente um detalhe ínfimo. Após o arrombamento do escritório, há um recolhimento de cartas em quatro grandes lenços de seda. Ora, se a quantidade nos dá uma ideia precisa do número do material, o mesmo não se pode dizer da substância com que são feitos os lenços. A seda entra na descrição como um detalhe ínfimo e potencializador da realidade que se quer demonstrar.

Em segundo lugar, podemos pensar o texto literário com propriedades semelhantes ao texto historiográfico, no que diz respeito aos efeitos que provoca no mundo social. Salvo melhor juízo, não há dúvidas de que o texto historiográfico modifica o modo como percebemos a história crua e, em certa medida, transforma-a. Em último caso, na medida em que constrói uma interpretação dos eventos ou da história, acaba por se confundir com a história vivida, oferecendo assim uma chave de leitura das experiências e do mundo. Se não por outros meios, pelo menos na organização do tempo histórico, que nos faz olhar para o passado não como uma massa indiferenciada, mas por meio de ordenamentos construídos pelo saber histórico. A esse respeito, especificamente sobre a escrita da História, Certeau chega mesmo a afirmar que “de um lado o real é o *resultado* da análise e, de outro, é o seu *postulado*” (2008, p.45). A fortuna crítica das relações entre história-processo e história-conhecimento é bem conhecida. Por ora, basta afirmar que as duas tendem a se confundir.

A tradição que sempre tratou a literatura na chave da ficção e subjetividade a opunha ao texto historiográfico visto na chave da objetividade. Esta dissociação justifica e explica porque os dois efeitos no mais das vezes foram tratados como relativos a universos distintos. A discussão recente sobre a subjetividade do historiador no seu ofício, e o lugar da imaginação neste, nos permite propor a aproximação destes dois conjuntos de textos no que diz respeito ao efeito de real.

Há também que considerar que há uma longa tradição que pensa o mundo de forma substancial e que tem alimentado, por séculos, um conflito entre subjetivismo e objetivismo. Ora, podemos (e devemos) pensar o mundo em outra chave. Seguindo a proposição de Bourdieu, o mundo social deve ser visto como relacional, como constituído de coisas objetivas e as ideias que temos sobre estas coisas. Nesse sentido, ao pensar o lado subjetivo das lutas simbólicas, o sociólogo francês emite uma consideração cara às nossas reflexões:

Pode-se agir tentando mudar as categorias de percepção e apreciação do mundo social, as estruturas cognitivas e avaliatórias: as categorias de percepção, os sistemas de classificação, isto é, em essência, as palavras, *os nomes que constroem a realidade social tanto quanto a exprimem*, constituem o alvo por excelência da luta política, luta pela imposição do princípio de visão e divisão legítimo, ou seja, pelo exercício legítimo do efeito de teoria (BOURDIEU, 2004, p.162).

Nesta proposta, parece-nos absolutamente pertinente incluirmos os textos literários como parte daquilo que constrói as ideias que temos sobre as coisas objetivas. Assim sendo, criações exclusivas do campo literário saltam das páginas e passam a compor os afetos e modos de estar no mundo, procedimento facilmente verificável em nomeações: pessoas e lugares com nomes de personagens, adjetivações oriundas do mundo livresco, entre outras.

Quer nos parecer, como sublinha Costa Lima, que uma propriedade da escrita é a capacidade de concomitantemente desvelar/velar. Ora, o texto abre para o leitor certas vias de entendimento e, ao fazê-lo, finda por direcionar um remodelamento do mundo. Ao mesmo tempo torna a velar determinadas facetas da experiência humana – e o faz por uma característica preponderantemente linguística. Afinal, não podemos esquecer aquilo que apontou Barthes em sua *Aula*: a língua é fascista, não porque impeça de dizer, mas porque obriga (2004b, p.14). Ao obrigar a dizer, promove um reocultamento, por vezes, não desejado por quem produz quaisquer sentenças vocabulares. Segundo Certeau, a página em branco, marcadamente separada das ambiguidades do mundo,

seria espaço de criação que, em certa medida, remodelaria o mundo social. Tal ideia é cara às nossas considerações. Entretanto, para finalizar este texto, lançando mão de outra provocação e consonante à menção de Barthes de que é “no interior da língua que a língua deve ser combatida, desviada” (2004b, p.17), diz-nos Paulo Leminski:

PLENA PAUSA

Lugar onde se faz
o que já foi feito,
branco da página,
soma de todos os textos,
foi-se o tempo
quando, escrevendo,
era preciso
uma folha isenta.

Nenhuma página
Jamais foi limpa
Mesmo a mais Saara,
ártica, significa.
Nunca houve isso,
uma página em branco.
No fundo, todas gritam,
pálidas de tanto.

(LEMINSKI, 2002, p.29)

REFERÊNCIAS

BARTHES, Roland. O efeito de real. In: *O rumor da língua*. Trad. Mário Laranjeira. São Paulo: Cultrix, 2004.

_____. *Aula*. Trad. Leyla Perrone-Moisés. 11ª ed. São Paulo: Editora Cultrix, 2004b.

BOURDIEU, Pierre. Espaço social e espaço simbólico. In: *Razões práticas*. Campinas: Papirus, 1996.

_____. Espaço social e poder simbólico. In: *Coisas ditas*. Trad. Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. São Paulo: Brasiliense, 2004.

_____. Linguagem e poder simbólico. In: *A economia das trocas lingüísticas: o que falar quer dizer*. Trad. Sérgio Miceli et al. 2ª ed. São Paulo: EDUSP, 2008.

CERTEAU, Michel de. A economia escriturística. In: *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Trad. Ephraim Ferreira Alves. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998.

_____. Fazer História. In: *A Escrita da História*. Trad. Maria de Lourdes Menezes. 2ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

COMPAGNON, Antoine. O mundo. In: *O Demônio da Teoria: literatura e senso comum*. Trad. Cleonice Paes Barreto Mourão e Consuelo Fortes Santiago. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

GAY, Peter. Prólogo: Além do princípio da realidade. In: *Represálias selvagens: realidade e ficção na literatura de Charles Dickens, Gustave Flaubert e Thomas Mann*. Trad. Rosausa Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

LEMINSKI, Paulo. Forma é poder. In: *Ensaio e anseios crípticos*. Curitiba: Pólo Editorial do Paraná, 1997.

_____. *Distraídos venceremos*. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 2002.

LIMA, Luiz Costa. Perguntar-se pela escrita da História. In: *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

PIGLIA, Ricardo. *O último leitor*. Trad. Heloisa Jahn. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

THOMPSON, E. P. Número ilimitado de membros. In: *A formação da classe operária inglesa*. Trad. Denise Bottmann. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.